

Crise financeira reforça urgência do ajuste fiscal

Segundo especialistas, questão fundamental ainda é tratada de forma marginal por Lula e FHC

CLÁUDIA CARNEIRO,
CARLA FRANCO e
MARIA INÊS NASSIF

A economia brasileira balança a cada abalo sísmico da crise das bolsas internacionais porque expõe uma grande fragilidade aos investidores estrangeiros: o desequilíbrio fiscal. Esse consenso se consolidou na última semana, quando a crise internacional respingou fortemente sobre as bolsas brasileiras. Mas ainda não chegou à campanha eleitoral.

O candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, pôs a crise no centro de seu discurso, mas jogou na conta de seu adversário, o presidente Fernando Henrique Cardoso, eventuais equívocos na condução das políticas monetária e cambial. O presidente e candidato à reeleição, de seu lado, tem confessado a pessoas próximas sua "angústia" com o fato de o Brasil figurar na lista dos países vulneráveis à instabilidade financeira internacional e tributado o fato ao déficit público.

Mas nos programas de governo de um e de outro a questão fiscal ainda é marginal – o que põe em dúvida até a viabilidade dos projetos sociais apresentados pelos dois principais candidatos à Presidência, já que isso impõe uma limitação direta aos gastos para o setor propostos por ambos.

Capítulo odiado – “Um programa de candidato normalmente não entra em detalhes de coisas tão dolorosas”, justifica o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas. “Esse capítulo é odiado pelos políticos.” Para o ex-ministro Mailson da Nóbrega, embora o ajuste fiscal não tenha necessariamente de figurar na agenda eleitoral, deverá obrigatoriamente estar na agenda do vitorioso logo após as eleições. “O presidente eleito – que, creio, será Fernando Henrique –, antes mesmo de assumir o novo mandato terá de emitir sinais claros de que tem estratégia para atacar de maneira definitiva o problema fiscal”, afirma Mailson.

“Se a crise teve algo positivo, foi realçar a nossa fragilidade e indicar a urgência das reformas de ajuste do setor público”, afirma a economista Maria Helena Zockun, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). “As reformas administrativa e da Previdência são fundamentais neste momento.” A reforma tributária é igualmente importante, mas seu papel seria o de aumentar a competitividade brasileira, não propriamente o de ajudar no equilíbrio das contas públicas.

Para Maria Helena, os programas de Lula e de Fernando Henrique têm igualmente difusa a proposta de equilíbrio fiscal, mas no caso do candidato petista isso é mais grave. “Fernando Henrique está no governo e, de qualquer forma, já sabemos o que pensa e que rumo quer tomar”, diz.

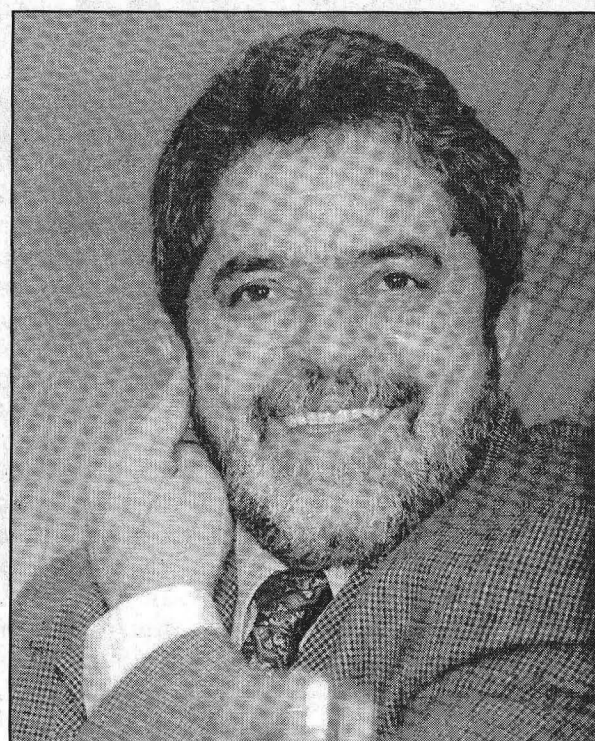
Na questão da Previdência, considerado o principal problema fiscal do País, o economista André Lara Resende trabalha num projeto de uma segunda etapa de reformas, dada a ineficiência da primeira – e, embora ainda sem forma definitiva, existe uma proposta de reforma tributária sendo formulada pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. “Embora tenha de ser melhorado, o projeto tributário tem contornos e um objetivo claro de desonerar a produção.”

O economista Raul Velloso considera, no entanto, que a cobrança do equilíbrio fiscal deve ser feita mais a Fernando Henrique do que a Lula. “O modelo econômico pelo qual optou Fernando Henrique e seu Plano Real é de abertura econômica, portanto incompatível com o papel forte no setor público e seu endividamento; o modelo econômico de Lula privilegia a questão social e assume como opção deixar a inflação e o déficit em aberto.” No



O tucano: culpando o déficit público pelo fato de o Brasil estar entre os vulneráveis à instabilidade mundial e sob o desafio de resolver o problema fiscal e, ao mesmo tempo, criar empregos

O petista: pôs a crise no centro do discurso e jogou na conta do adversário eventuais equívocos na condução das políticas monetária e cambial



caso de Fernando Henrique, seria uma inconsistência propor aumento dos gastos sociais – a não ser no correspondente ao aumento de eficiência desses gastos –; no caso de Lula, “é inconsistente cobrar equilíbrio fiscal”, diz o economista.

A outra dificuldade na definição de programa fiscal, na opinião do tributarista Ary Oswaldo Mattos Filho, é o peso dos Estados e municípios no desequilíbrio. “A União só pode ter ingerência no que é dela”, afirma o advogado, que considera ainda insatisfatórios os controles mantidos pelo Senado no endividamento dos Estados e municípios.

Buraco – O maior desafio da equipe responsável pela formulação das metas do candidato Fernando Henrique Cardoso para um segundo mandato é indicar soluções que permitam ao País sair do buraco fiscal em que se meteu nas últimas décadas e ao mesmo tempo crescer e criar emprego, reconhecem seus assessores. Nos bastidores da campanha e do governo, a aposta é a de que a questão fiscal será tratada com total prioridade no governo da reeleição, se as urnas confirmarem as pesquisas.

O coordenador do programa de governo, professor Carlos Américo Pacheco, reitera que o déficit previdenciário e os gastos com funcionalismo, além da carga dos juros, são “questões preocupantes” e a austeridade fiscal será

perseguida ao lado dos ajustes no setor da Previdência e na área tributária – por meio das reformas submetidas ao Congresso e de medidas no âmbito do Executivo.

Mas Pacheco ressalta que o controle fiscal já vem sendo feito neste governo. “Nos últimos quatro anos, gastou-se menos que foi arrecadado”, insiste ele, sem tocar no vespeiro da questão fiscal – os Estados e municípios.

A idéia de Pacheco e dos outros formuladores do programa da reeleição é que a política macroeconômica do governo tem de prosseguir como é hoje, porque o fundamental é manter a estabilidade da moeda. Isso significa permanecer inalterada a atual política de câmbio e também a política monetária.

O programa de governo vai trazer a idéia de redução gradativa

dos juros a médio prazo, mas a equipe que o preparou adverte: “A política monetária permanecerá inalterada, mas a estabilidade será defendida acima de tudo.” Ou seja, não está descartada uma intervenção na economia para preservar a estabilidade da moeda.

Retalhos – Os economistas do PT apontam as reformas tributária e da Previdência, além de uma redução nos juros da dívida pública, como indispensáveis ao equilíbrio das contas do País. A proposta de reforma tributária defendida pelo economista Jorge Mattoso, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e pelo professor da Fundação Getúlio Vargas Guido Mantega, ambos assessores econômicos de Lula, tem como pontos de destaque a simplificação da atual estrutura tributária e a ampliação do universo de contribuintes. “Precisamos redesenhar o sistema, que hoje é uma colcha de retalhos”, afirma Mantega.

Para a economista Maria Helena Zockun, da Fipe, no entanto, o desenho proposto pelo PT para a reforma tributária aproxima-se mais do objetivo das esquerdas de distribuir renda do que de uma solução para o desequilíbrio fiscal, via aumento de arrecadação. A frente que apóia Lula propõe a progressividade de alíquotas dos impostos, o combate à sonegação e a tributação de grandes fortunas, grandes heranças e da propriedade rural improdutiva. “A reforma tributária é peça-chave do processo de mudança no financiamento”, diz Mattoso. “A função da reforma tributária é reduzir o custo Brasil”, rebate Maria Helena.

A reforma da Previdência, abordada com frequência por Lula em seus discursos de campanha, é outro elemento importante para desatar o nó das contas públicas e possibilitar que o valor do salário mínimo seja dobrado até o fim de um eventual mandato. O candidato petista tem repetido que o problema da Previdência “não é de despesa, mas de receita”. Em outras palavras, ele defende o aumento das fontes de seguridade social.

Uma das alternativas, citada por Mantega, é a formalização do trabalho para aumentar a receita com a folha de pagamento. Outras idéias são a universalização da previdência pública e privada e a reformulação dos altos salários do funcionalismo público.

■ Mais sobre a crise financeira mundial no caderno de Economia



PROJETOS
SOCIAIS
PODEM FICAR
COMPROMETIDOS